

5

Uma análise comparativa: as tipologias adverbiais nas gramáticas normativas e na lingüística

Neste capítulo, apresentamos os resultados de nossa análise comparativa entre as gramáticas normativas e as gramáticas didáticas, e entre essas e as teorias lingüísticas de orientação funcionalista. Para tanto, primeiramente, são analisadas as convergências e divergências entre elas. Após verificar os pontos semelhantes e diferentes, procura-se analisar a abrangência das tipologias adverbiais, sua capacidade de oferecer classes tipológicas que acomodem as ocorrências analisadas. Em seguida, analisa-se a explicitude dessas classes, a clareza da metalinguagem de modo a evitar possibilidades conflitantes de classificação. Sendo uma das maiores dificuldades em classificar os advérbios a falta de firmeza em relação à circunstância que expressa, discute-se a questão do significado e sua relação com os advérbios. Por fim, discute-se a adequação aos propósitos norteadores da gramática normativa e da lingüística (normativo-didáticos ou teórico-descritivos).

De um modo geral, observamos que, apesar de todos os problemas legitimamente levantados quanto à abordagem da gramática tradicional, a tipologia ali proposta é aplicável e permite a classificação dos advérbios em boa parte dos casos. Exemplos como *ontem*, *hoje*, *agora*, *depois*, são tranquilos para classificar e não causam problemas. Porém, algumas categorias parecem não ter uma aplicação tão fácil, como as subclasses *modo* e *intensidade*, pois o rótulo não parece caber bem em seu conteúdo, há desajustes.

Observamos também que as tipologias semânticas adverbiais propostas pela lingüística não parecem totalmente novas, destoantes do que a gramática coloca, parecem muitas vezes mais um refinamento das tipologias gramaticais tradicionais. Assim, a sua aplicação também é tranquila em boa parte das ocorrências, permitindo uma descrição mais detalhada do comportamento dos advérbios do que aquela que podemos alcançar com as tipologias tradicionais. Mas há casos em que nem a teoria lingüística, nem a gramatical são suficientes para elucidar.

5.1

Convergências e divergências

É sabido que a lingüística tenta amenizar as lacunas presentes nas definições dadas pela gramática normativa. No caso dos advérbios, percebendo que há grandes problemas no que diz respeito à subclassificação dessas palavras, que ocorre sobretudo segundo critérios semânticos, a lingüística procura elaborar, estender e alterar o tratamento dado pela gramática.

Percebe-se que não há propriamente uma mudança radical nas propostas lingüísticas em relação às tradicionais, mas sobretudo uma especificação maior quanto às possibilidades de subclassificação semântica dessa categoria gramatical e, como vimos, uma preocupação em definir as subclasses de forma maximamente explícita.

Aqui serão apontadas divergências e convergências entre gramáticas normativas e as propostas lingüísticas funcionalistas analisadas. Considerando o fato de que as gramáticas didáticas têm como referencial a gramática normativa, também serão apontadas as convergências tipológicas relacionadas a elas.

Os advérbios de lugar, por exemplo, são reclassificados por Neves (2002: 262 -265) em três subclasses: situação, percurso e direção, sendo que os de situação possuem doze subclasses; e os de direção, duas.

Trata-se de uma categorização muito interessante, na medida em que tenta atender melhor a complexidade envolvida no fato dos advérbios serem classificados de acordo com a idéia que exprimem. Vê-se que, realmente, há diferença de sentido entre (136), (137), (138), (139) que indicam, respectivamente, as idéias de inclusão, proximidade, sobreposição e posposição; e (140) que seria também um dêitico de lugar, mas veiculando a idéia de direção, podendo ser assim um diretivo de origem, contudo, o seu uso que parece metafórico, dificulta uma classificação precisa:

(136) Os sapatos estão *dentro* da caixa.

(137) Estudo *perto* de casa.

(138) *par=44*: Ele vê os ratos *em cima* da mesa, tirando de cada lado do

dinheiro -- da presa! -- roendo-o, arrastando-o para longe dali, para a toca, às migalhas !

(139) *par=615*: Mas *por trás* da pele clara e do belo rosto clássico, Virgínia é uma mistura de timidez e simpatia.

(140) *par=504*: Sua principal preocupação era retomar um personagem lendário e representá-lo de maneira diferente, mas atual, sem com isso descaracterizar a figura *originalmente* idealizada por Burroughs.

Os advérbios de tempo também são reclassificados por Neves (2002: 262-265) em: situação, duração e frequência. Em frases extraídas da *Linguateca/Frases* PB, pode-se verificar quão adequadas são essas subclasses, pois atendem melhor a questão do refinamento semântico:

(141) *par=294*: Segundo Maria, Adilson chegou ao local há oito meses e *sempre* tem provocado confusões no lugar.

O advérbio *sempre* não apenas exprime a idéia de tempo, como a idéia de frequência, sendo assim considerado pela autora como um dêitico de tempo de frequência. O mesmo acontece com:

(142) Leio os meus e-mails *diariamente*.

Em (143) a idéia veiculada pela expressão destacada é de duração, considerando as colocações de Neves (2002):

(143) *par=243*: *Nas duas últimas semanas*, os europeus descobriram que a carne de frango, um alimento presente em quase todos os cardápios do planeta, continha altas doses de dioxina, uma substância cancerígena que não existe na natureza.

Os advérbios de dúvida passam a ser considerados por Castilho e Castilho (2002) como modalizadores epistêmicos quase-asseverativos (144):

(144) *par=272*: Alves Neto observou os pilares de concreto, as vigas metálicas retorcidas, parafusos da amarração da estrutura soltos e os equipamentos que *provavelmente* eram utilizados na montagem, mas não quis levantar nenhuma hipótese sobre o que pode ter provocado o acidente.

Já os advérbios de afirmação, como se pode verificar na expressão *de fato* presente em (145), passam a modalizadores epistêmicos asseverativos. Neste caso, não parece haver um refinamento das tipologias colocadas pela gramática tradicional, mas antes uma variação terminológica em que a metalinguagem oferecida pela lingüística se apresenta mais explícita do que aquela oferecida pela gramática.

(145) *par=303*: *De fato*, este tem como uma de suas pilastras a hierarquia entre as diversas espécies normativas dentro de um Estado, situando-se a Constituição na mais alta posição dessa escala, subordinando, formal e materialmente falando, todos os demais atos normativos emanados do Estado.

Algumas palavras que são consideradas como advérbios de modo pela gramática normativa são classificadas pela lingüística como modalizadoras epistêmicas delimitadoras (ou *hedges*). Essa colocação é muito feliz, pois distingue as idéias exprimidas por (146) e (147), que são de limitação e modo, respectivamente:

(146) Eu a admiro *academicamente*.

(147) Conversamos *tranqüilamente*.

Os modalizadores deônticos parecem ser retirados da classe dos advérbios de modo, especificando um pouco mais a idéia que exprimem, a de obrigatoriedade:

(148) Apresentarei o trabalho *obrigatoriamente* em abril.

Já os modalizadores afetivos correspondem aos advérbios oracionais colocados em algumas gramáticas, como a de Bechara (2004).

Os focalizadores englobam advérbios que são considerados pela gramática normativa como de modo (149), de intensidade (150) e de afirmação (151):

(149) A prova foi *exatamente* como eu previa.

(150) *par=240*: Pode-se dizer, é verdade, que André é *meio* louco -- qualquer pessoa que arrisque a vida correndo a uma velocidade de 300 quilômetros por hora tem um não-sei-o quê de loucura.

(151) A formação acadêmica *realmente* ajuda a melhorar o padrão de vida.

No exemplo (150) *meio* é um focalizador de proporção. Já *realmente* de (151) é considerado um modalizador epistêmico asseverativo por Neves (2002).

Continuando a análise de exemplos extraídos da *Linguateca/Frases* PB, constatamos que há divergências não apenas entre gramática normativa e lingüística, como também entre gramáticos:

(152) *par=88*: Eu dei a ele um nome tão lindo e ela *só* chama ele de Zé.

Em (152), a palavra destacada é considerada como advérbio de modo para Almeida (2005), palavra denotativa de exclusão para Bechara (2004) e Rocha Lima (2006) e palavra denotativa de realce para Giacomozzi (1999).

(153) *par=280*: *Em primeiro lugar* vêm os créditos trabalhistas, seguidos pelos fiscais e créditos hipotecários.

A expressão destacada em (153) é, tradicionalmente, classificada como advérbio de lugar; contudo, peculiarmente, não estaria exprimindo uma idéia de ordem?

O mesmo acontece com (154):

(154) *par=284*: Deve haver pressão em todos os níveis e se possível *simultaneamente*, apesar de entendermos que a coordenação desta atuação não seja uma tarefa fácil, mas o é indispensável.

A circunstância expressa por *simultaneamente* é classificada como de modo; contudo, também não expressa a idéia de tempo? Fazer as coisas ao mesmo tempo?

Em (155) a palavra *aliás* seria considerada como palavra denotativa de retificação por Bechara (2004) e Rocha Lima (2006). Como classificá-la segundo as tipologias estabelecidas pelos outros autores?

(155) *par=467*: *Aliás*, este interesse se prende a uma sólida tradição na história das ciências sociais.

Em (156) *imediatamente* é considerado um advérbio de modo pela gramática normativa, mas pode ser visto como um dêitico de tempo, indicando,

mais especificamente, a idéia de duração, segundo as subclassificações oferecidas por Neves (2002).

(156) *par=64*: A imagem luminosa sobre o túmulo *imediatamente* chamou a atenção das pessoas que completamente alucinadas correram em sua direção e a cercaram, ajoelhadas.

A palavra *como* em (157) é considerada advérbio conjuntivo por Almeida (2005) já que expressa uma circunstância e liga orações (neste caso, considerar-se-ia o verbo elíptico: como grandes realizações de sonhadores avultam); advérbio de modo por Bechara (2004) e Cunha e Cintra (2001); palavra denotativa de explicação para Rocha Lima (2006); palavra denotativa de comparação para Giacomozzi (1999); isso tudo, além de ser, tradicionalmente, considerada conjunção. Ante esse leque de opções, como classificar tal palavra? Que critério nos diz qual é a melhor tipologia?

(157) *par=35*: E umbus, vetustos e gigantes, dominadores nos horizontes pacíficos do pampa, graves soberanos vegetais, avultando na claridade opulenta, *como* grandes realizações de sonhadores .

A expressão *bem como* (158) é classificada por Rocha Lima (2006) como palavra denotativa de explicação, mas parece exprimir as idéias de inclusão e igualdade: luta-se por isso e por aquilo igualmente.

(158) *par=475*: Nestes seis anos, venho lutando pela manutenção de uma boa qualidade de vida para os moradores da região, pela dragagem de canais e lagoas, *bem como* pela urgente implantação do emissário submarino.

Junto aparece nas listas de exemplos das gramáticas normativas como as de Almeida (2005) e Cunha e Cintra (2001) classificado como advérbio de lugar. Mas, em (159) parece mais adequado considerar esse vocábulo como indicador da circunstância de adjacência, como propõe Neves (2002), uma vez que seu uso, que parece metafórico, não permite que ele exprima, exatamente, a idéia de lugar.

(159) *par=627*: Ficou acertado também que a Prefeitura Municipal deverá divulgar, *junto* às representações agropecuárias, entidades sobralenses, sindicatos rurais e confederações, a existência do Convênio e as condições de financiamento [...].

Apenas (160) é uma palavra que também é classificada de diversas maneiras: advérbio de modo para Almeida (2005); palavra denotativa de exclusão para Rocha Lima (2006) e Bechara (2004); advérbio de intensidade para Faraco e Moura (1996); palavra denotativa de realce para Sarmento (2005); e palavra denotativa de limitação para Tufano (2001). E então? Qual seria a melhor tipologia a ser adotada para tal palavra?

(160) *par=632*: Seria muito bom se ficassem *apenas* os aprovados e que os demais, ou seja, os da força do atraso fossem cuidar de outras atividades e dessem a vaga para quem deseja trabalhar e tem competência e seriedade aliadas.

A idéia que expressa *profundamente* e *intimamente* em (161) e (162), respectivamente, é mesmo a de modo? Ou também expressa intensidade?

(161) *par=268*: Essas circunstâncias foram: [...]; a de haver sido perpetuamente pobre e não ter conhecido nunca senão a face trágica de tudo, o que serviu a dar estrutura e forma *profundamente* funcionais ao mundo de sonho, dor e desejo que nesse núbio contemporâneo de Davi como que existia desde toda eternidade.

(162) *par=556*: A sua existência está *intimamente* ligada ao imaginário coletivo do povo brasileiro e não há quem não faça neste país uma associação direta entre o Rio Xingu e os povos indígenas que nele vivem.

Percebe-se que o terreno dos sentidos é realmente uma espécie de areia movediça.

Fazendo um paralelo entre o que propõe a gramática normativa, a gramática didática e o que propõe a lingüística, considerando não apenas as convergências, mas também as divergências encontradas, poderíamos ter, num exercício de compatibilização ou articulação, os dois quadros tipológicos propostos nos capítulos anteriores, resumidos em um só, como ilustra o quadro a seguir:

<i>Tipologias semânticas adverbiais</i>	
1)	Assunto
2)	Causa
3)	Companhia
4)	Concessão
5)	Condição
6)	Conformidade
7)	Dúvida (ou modalizadores epistêmicos quase-asseverativos)
8)	Fim
9)	Instrumento
10)	Intensidade
11)	Lugar <ul style="list-style-type: none"> a) Situação: posição absoluta b) Situação: posição relativa <ul style="list-style-type: none"> b.a) Inclusão b.b) Exterioridade b.c) Adjacência b.d) Sobreposição b.e) Sotoposição b.f) Anteposição b.g) Posposição b.h) Proximidade b.i) Distância b.j) Ultraposição c) Percurso d) Direção <ul style="list-style-type: none"> d.a) de origem d.b) de meta
12)	Modo
13)	Referência

14)	Afirmção (ou modalizadores epistêmicos asseverativos)
15)	Negação
16)	Meio
17)	Tempo a) De situação b) De duração c) De frequência
18)	Interrogação
19)	Aprovação
20)	Oposição
21)	Acréscimo
22)	Matéria
23)	Modalizadores afetivos
24)	Modalizadores epistêmicos delimitadores
25)	Modalizadores deônticos
26)	Focalizadores a) de verificação de número b) de proporção c) de coincidência com um protótipo d) de identidade ou congruência

5.2

Da abrangência das tipologias adverbiais: gramática normativa e lingüística

Ao analisar o corpus extraído do centro de recursos distribuídos *Linguatca/Frases PB*, verifica-se que tanto as tipologias das gramáticas normativas, como as colocadas pelos lingüistas, não conseguem abranger todas as ocorrências de palavras consideradas como advérbios. É o que se pode verificar em casos como:

(163) *par=5*: *De preferência*, devia ter filhos, sendo o último por displicência, o segundo para fazer companhia ao primeiro, que por sua vez seria concebido *por curiosidade e por obrigação*, nem *sempre* orgânica.

Em (163) como se poderiam classificar as expressões *de preferência* e *por curiosidade e por obrigação*? A primeira expressão parece modificar a oração *devia ter filhos*, enquanto a segunda, o verbo *conceber*. Qual seria a classe semântica adequada para *de preferência*? E no caso de *por curiosidade e por obrigação*? A circunstância de modo seria adequada? Ou a de causa? Comparem-se as duas últimas expressões com a destacada em “fugiu *por medo*”. Nesta, temos a idéia de causa mais clara, mas em *por curiosidade e por obrigação* parece não se poder dizer, com segurança, que a idéia é de causa.

(164) *par=124*: A garota supersensual vai trabalhar vestindo um terno bem-comportado, *enquanto* a executiva recatada entra numa saia justa mostrando as pernas, com direito a barriga de fora e tudo.

(165) *Enquanto* presidente do PTB, Dilzon Melo lamenta o escândalo do mensalão. [...] “Eu, *enquanto* presidente, espero que no meu partido não haja este tipo de favorecimento e seqüela deste escândalo”, comenta.

Em (164) e (165) a palavra *enquanto* parece não encontrar lugar pacífico na classificação tradicional, tampouco na lingüística. Pode-se perceber que ela compartilha com os advérbios o item “expressar circunstância”, pois, claramente, a idéia é de tempo, tanto que se trata de uma oração subordinada adverbial temporal. Mas ao mesmo tempo, em (165) é utilizada como sinônimo “de na qualidade de”. Poderia ela ser incluída na lista de advérbios conjuntivos colocada por Almeida (2005)? O autor os limita quando cita apenas as palavras *onde*, *como*, *quando* e *por que*, sem deixar espaço para outras ocorrências, contudo, o uso da palavra *enquanto* em (164) cabe quase que perfeitamente, não fosse o delimitador, “significação relativa”, no conceito dado por Almeida (2005) “dada a significação relativa que encerram, os advérbios (...) podem ligar orações”.

Considerem-se também expressões como *para o ministro*, *para nós* e *para alguns* presentes em (166), (167) e (168):

(166) *par=381*: *Para o ministro*, o novo programa de crédito educativo é

suficiente para compensar as perdas das universidades filantrópicas que não têm mais isenções previdenciárias.

(167) *par=120*: *Para nós*, brasileiros, é motivo de regozijo porque ganhamos um continente.

(168) *par=428*: A viagem de navio, *para alguns*, chegava a durar mais de 60 dias.

Como classificar tais expressões que parecem estar relacionadas ao verbo *ser* (166) e (167), mas não como termo essencial, não como complemento verbal? O termo parece acessório. Deve assim ser considerado advérbio? Qual seria a idéia veiculada? A de referência? Nas tipologias oferecidas pela gramática normativa, tais expressões parecem não se encaixar adequadamente em nenhuma. Já nas oferecidas pela lingüística, parecem ser talvez classificáveis como modalizadores epistêmicos delimitadores, conforme propõem Castilho e Castilho (2002), mas sem muita segurança.

Em (169) a expressão *pelo menos* é advérbio ou palavra denotativa de exclusão? Ela também parece, ao mesmo tempo, veicular a idéia de limitação. Seria, então, uma modalizadora epistêmica limitadora?

(169) *par=19*: E nem sei como ao ter de repente a revelação sensacional não arranji uma bela e ardente alma de poeta, não me dessangrei em poesia, ou *pelo menos* não caí de joelhos, entoando um hino.

Expressões como as encontradas em (170), (171), (172) e (173) não são classificáveis como advérbios nem pela gramática normativa, nem pela lingüística, mas vê-se que elas exprimem circunstâncias:

(170) *par=121*: *No entanto*, apesar do ritmo frenético, do concreto sufocante e de todas as características que pontuam a vida moderna, há pessoas que conseguem enxergar poesia em cenas que, pelo menos no primeiro olhar, só nos faz lembrar de como é inclemente a vida em uma metrópole.

(171) *par=565*: *De qualquer modo*, porém, a população paulistana -- agora muito mais consciente de que é preciso dar um basta definitivo ao crime organizado e de que a organização da sociedade brasileira passa necessariamente

pela defesa intransigente da ética na política e da moralização administrativa -- haverá de traduzir esses sentimentos em ações concretas nas eleições do ano que vem, quando poderá escolher representantes de melhor nível e, pelo voto livre, decretar as cassações que a maioria governista na Câmara não quis, por medo ou espírito de corpo, promover.

(172) *par=123*: Ao contrário do que muitos adultos pensam, o brincar e o momento da brincadeira são fundamentais na formação da criança.

(173) *par=226*: Dessa forma, havia um espaço a ser ocupado para atender as necessidades dos dentistas que queriam trabalhar e da população que queria ser atendida.

Em (174), a expressão *com essas alterações de comportamento* seria classificada como locução adverbial de modo (Cunha e Cintra, 2001) ou como de companhia (Bechara, 2004). Nenhuma das duas opções parece atender satisfatoriamente a idéia expressa nesta situação.

(174) *par=480*: Desde então a dança social foi se transformando e aos poucos tornou-se acessível às camadas menos privilegiadas da sociedade que já desenvolviam outro tipo de dança: as danças populares; que, inevitavelmente, *com estas alterações de comportamento* foram se unindo às danças sociais, dando origem assim a uma nova vertente da música, dançada por casais, que mais tarde seria denominada Danças de Salão.

Exemplos como (175) encontram classificação em poucos autores, como Bechara (2004) que vai afirmar que se trata de uma locução adverbial de concessão; pois não há uma concordância entre os autores a respeito da existência desse tipo de advérbio:

(175) *par=121*: No entanto, *apesar do ritmo frenético*, do concreto sufocante e de todas as características que pontuam a vida moderna, há pessoas que conseguem enxergar poesia em cenas que, pelo menos no primeiro olhar, só nos faz lembrar de como é inclemente a vida em uma metrópole.

Considerando que a gramática normativa é, como veremos, mais aristotélica do que pragmática, não diz como classificar os advérbios quando empregados em sentido não literal; como classificar a palavra *aí* em (176)? A idéia, certamente,

não é a de lugar.

(176) *par=431*: Alguma coisa eu tenho tentado fazer, mas *aí* a gente vê o que deve ser a redação de um jornal diário.

Algo semelhante acontece em (177), pois a idéia veiculada por *na execução de suas atividades* não é exatamente a de lugar.

(177) *par=192*: O novo órgão regulador do setor petróleo, *na execução de suas atividades*, buscará satisfazer a demanda atual da sociedade mantendo com esta uma comunicação efetiva.

Ainda (178) é um vocábulo normalmente classificado como advérbio de tempo, porém, não é a idéia que exprime na seguinte oração:

(178) *par=70*: Cada um seguiu seu caminho, mas o entregador *ainda* disse algumas palavras amigáveis que não serão aqui mencionadas devido à falta de tempo.

A palavra *após* é, tradicionalmente, considerada preposição. Contudo, como classificá-la na oração (179) uma vez que ela exprime a idéia de tempo: uma semana depois.

(179) *par=273*: A previsão inicial era de somente na segunda-feira o rubro-negro dispensar o grupo para voltar uma semana *após*, porém, *como* domingo não mais haverá o amistoso das faixas para comemorar o título de anteontem, já que todas as atenções agora estão concentradas nas transmissões diretas das partidas da Copa América, a direção achou melhor antecipar a decisão que seria tomada mais adiante.

Assim, o que se pode observar é que, apesar das inúmeras tentativas de resolver o problema da classificação dos advérbios, a colocação feita por Perini (2006: 119) ainda é pertinente: “a falta de uma definição (ou melhor, um conjunto de definições) que delimite com alguma clareza as entidades de que estamos falando impede qualquer tentativa seria de sistematização”, sendo assim, ainda um ideal a elaboração de uma taxionomia mais rigorosa para tal classe de palavras.

5.3

Da explicitude

5.3.1

A questão do significado

A problemática do advérbio é também decorrente da falta de clareza quanto à definição e às categorias colocadas pela gramática normativa e, como reconhecem Ilari et al. (1989) em passagem já citada, também pela lingüística. Quando se diz que o advérbio é classificado de acordo com a circunstância que expressa, não se deixa claro o que seja *circunstância*. O que uma palavra significa, a idéia que ela veicula é muito relativa, dependente do contexto. A gramática e, em certa medida, também a lingüística não nos oferecem ainda um caminho claro para lidar, por exemplo, com usos não literais da linguagem. Ficamos sem saber o que fazer ao classificar uma palavra que é utilizada em sentido metafórico, hesitantes em classificar como advérbio uma palavra *lá* em (180):

(180) Eu sei *lá* o que ele quis dizer.

Contudo, discutir a questão *o que é significado?* não é tão simples. Tal conceito parece padecer do “efeito sabonete”, resistindo a uma caracterização consensual. O pensamento intelectual grego deixou embriões que desde muito cedo dividiram terrenos no estudo do sentido, plantando as sementes das quais brotaram três principais vias para se compreender tal fenômeno: o realismo, o mentalismo e o pragmatismo (Martins, 2004). Assim, são três as questões que permeiam o significado e que influenciarão na fundamentação teórica subsequente na história dos estudos da linguagem:

- 1) Está o significado em uma parcela do real?
- 2) Está o significado em uma parcela da mente?
- 3) Será que ele é, não uma entidade, mas antes apenas o uso variável da palavra?

Não é objetivo deste texto adentrar os três grandes paradigmas. Porém,

convém esclarecê-los, sucintamente, para que se entenda o porquê da não explicitude da gramática normativa e mesmo da lingüística em relação às questões semânticas no que diz respeito à classe dos advérbios.

É a disputa sobre a questão da verdade entre os sofistas e os socráticos que dá origem aos três paradigmas. Diferentes posições em relação à questão filosófica da verdade engendram diferentes posições acerca do sentido na linguagem. Para os sofistas, a verdade é relativa; conseqüentemente, a linguagem tem a mesma medida de estabilidade dos consensos sócio-históricos, sendo o efeito do significado circunstancial; não há um significado imanente, fixo que pertença à palavra em si mesma, pois ele é determinado pelo contexto. Se não há um significado imanente, este não reside nas coisas e, assim, a linguagem não pode dizer o real, mas as impressões que o homem tem do real, sendo, então, impossível estabelecer verdades universais.

Contudo, o legado sofístico é muito radical. Segundo Górgias (*Do não-ser*, Fragmento I *apud* Martins 2004:450) “nada existe que possa ser conhecido; se pudesse ser conhecido, não poderia ser comunicado; se pudesse ser comunicado, não poderia ser compreendido”. O que se pode depreender da mensagem de Górgias é que a linguagem não diz o real uma vez que nada que há no real pode ser repassado através das palavras, não pode sequer ser conhecido. Assim, o que a linguagem representa são as opiniões sobre o que seja o real.

Segundo Martins (2004: 452), essa visão sofística desestabiliza qualquer distinção rígida em relação ao significado, pois uma expressão, não apenas pode ter significações diferentes, como também significar, ao mesmo tempo, o seu contrário, dependendo do contexto.

É neste sentido, de ver a linguagem em seus aspectos práticos, em seus usos, que o pensamento sofístico, ainda que em fase embrionária, lança a semente do pragmatismo radical, no qual o significado está exclusivamente no uso das palavras.

Para os Socráticos, a linguagem representa o real. Contudo, eles nos deixam dois caminhos para se pensar a linguagem: o realismo de inspiração platônica, segundo o qual o significado identifica a parcela da realidade, e o mentalismo de

inspiração aristotélica, segundo o qual o significado corresponde a um conteúdo mental. Há divergências entre os dois caminhos na medida em que há diferenças entre Aristóteles e Platão, mas esses caminhos se cruzam, havendo aspectos do mentalismo no realismo e vice-versa: afinal, podem ser consideradas duas versões da mesma compreensão, anti-sofística, de que o significado de uma palavra é uma entidade objetiva que ela representa. Detenhamo-nos agora no realismo, paradigma que teve sua semente plantada nas teorias de Platão.

Na filosofia platônica, considera-se que a realidade está em dois planos: o mundo das aparências (percebidas pelo sentido) e o mundo das essências (coisas que só podem ser percebidas pelo intelecto). Por exemplo, o que chamamos de belo, nesta teoria, apenas é belo porque participa da essência da beleza em si. A aposta aqui é de que há essências eternas, perfeitas, imutáveis. Uma vez que a essência é imutável, a verdade não pode ser relativa.

Se a linguagem tem como função falar do real, e o real tomado como mundo sensível é uma representação, uma cópia daquilo que é a essência do real (mundo inteligível ou mundo das idéias), logo, pode-se supor que a linguagem é uma invenção racional vocacionada a representar aquilo que está além do sensível, no mundo das idéias. Isso significa que essa essência em si já existe antes da linguagem; o homem é que, através dos nomes, representa o que está no mundo inteligível, do que se pode inferir que, apesar de existirem línguas diferentes, os significados são universais, mudando apenas os seus “rótulos”, já que a linguagem representa “não a realidade fenomênica, mas a realidade essencial das coisas” (Martins 2004:461).

Aristóteles, apesar de também ser anti-sofista, não vai aderir ao mundo inteligível de Platão. Para ele, não há uma essência que more no mundo das idéias; o que há são instâncias particulares, que compartilham de algo comum – a essência, que habitaria não um céu platônico, mas antes o sujeito. Esta discordância entre os dois, vai abrir caminho para o terceiro paradigma: o mentalismo.

Na filosofia Aristotélica, “o intelecto humano, [...], teria o poder de abstrair as essências universais a partir do contato com os particulares – mas a idéia seria

o meio da cognição e não, como era em Platão, o seu objeto” (cf, Nef, 1995 *apud* Martins 2004: 463). Ele compreende a linguagem como algo que se subordina à capacidade mental ou racional do homem; é o que se pode inferir da seguinte passagem de seu texto, *De Interpretatione*: “os itens da elocução são símbolos das afecções da alma” (16a1). Assim, a linguagem é então o que representa algo de ordem interna, podendo-se atribuir a ela “a função primeira de representar o que vai no espírito” (Martins 2004: 464). As afecções da alma, ou aquilo que “vai no espírito”, seriam, segundo Aristóteles, iguais para todo mundo, o que faz o significado ter um caráter universal e exclui a possibilidade de relativização.

Ao nos depararmos com os embaraços semânticos confrontados tanto pela gramática normativa quanto pela lingüística na definição e nas tipologias de advérbios, pode ser relevante nos perguntarmos: que perspectiva sobre o significado informa tais definições e classificações? Tomam advertida ou inadvertidamente o significado como propriedade fixa das expressões?

5.3.2

O significado e as teorias gramaticais e lingüísticas

A preocupação primeira de Aristóteles era a faculdade racional, e não a linguagem. Sendo a linguagem uma maneira de representar as afecções da alma, o que vem do interior do homem, pode-se inferir que seja também a representação dos pensamentos. Estes, segundo Aristóteles, podem ser verdadeiros ou falsos; todavia, a alguns pensamentos não cabe nenhuma das classificações. O mesmo acontece com a linguagem e, no que diz respeito aos tipos de frases, Aristóteles vai dizer que há dois tipos: *logos semantikos*, frases com sentido, e *logos apophantikos*, frases com sentido e passíveis de valor de verdade. A esse segundo tipo, Aristóteles vai chamar frases declarativas, que são as que interessam para o estudo da lógica. Assim, aquela que não for passível de valor de verdade está fora do escopo de análise.

Quando Aristóteles faz essa divisão, na qual para o estudo da lógica interessam apenas as frases declarativas, e relega à Poética e à Retórica o estudo sobre o discurso não-literal, ele inaugura duas tradições distintas para o estudo do

significado: a filosófico-científica e a retórico-poética. A primeira, interessada no discurso declarativo e literal; a segunda, no discurso não-declarativo e figurativo.

Na tradição aristotélica o terreno do uso próprio tem que estar separado do terreno dos usos transpostos, pois o metafórico é perigoso, o figurativo contempla o imprevisível e, por isso, não faz parte da lógica. E, quando Aristóteles diz que as *afecções da alma* são iguais para todo mundo, ele parece se referir ao discurso declarativo literal, ao terreno do uso próprio. Separar o que é literal do que é figurativo não é, no entanto, trivial; porém, é pelo casamento da lógica, que compunha o objeto de interesse de Aristóteles, com a semântica que a gramática tradicional é determinada. A análise sintática era chamada de “análise lógica”. E assim como na lógica, a gramática vai se interessar pelo discurso literal. Confrontada, porém, com as dificuldades para identificar e, por assim dizer, “conter” esse domínio supostamente objetivo e fixo do significado, acabará, como vimos, fazendo pouquíssimas colocações semânticas e interessando-se mais pela fonética e fonologia, morfologia e sintaxe.

Ao que parece, por ser o terreno do sentido muito movediço, os estudos da língua se dicotomizam em forma e sentido. A gramática tradicional, a normativa (que, segundo Bagno (2001: 15), seria a corporificação da gramática tradicional) vai ficar com o estudo da forma predominantemente. Quando tenta estabelecer as regras da língua pautada na forma, consegue ser mais precisa. Por exemplo, ao definir o fone [p] como uma consoante oclusiva, bilabial, surda, não há o questionar, é uma classificação rígida: é consoante por ter obstrução na passagem do ar em sua produção; oclusiva porque tal obstrução é abrupta e total; bilabial por ter como articulador ativo o lábio inferior e como passivo o superior; e surda por não haver vibração das cordas vocais durante a sua produção. Não há critérios muito subjetivos, não há a possibilidade de produzir tal fonema “relativizando” a passagem do ar ou os articuladores utilizados.

Já não é tão tranquilo quando as definições se pautam em critérios semânticos. Quando se pergunta o que é o significado de um significante não há, como vimos, uma resposta precisa, uma resposta que feche a questão. Definir o que significa circunstância, bem como definir o que significam as subclasses adverbiais que resultam dessas circunstâncias não é tarefa fácil.

Dessa forma, quando vai para o lado do sentido, a gramática normativa deixa mais falhas em suas definições. Essa dicotomia (forma e sentido) é uma estratégia, para minimizar a falta de firmeza no que diz respeito ao significado, bem sucedida, mas limitada e, talvez por isso, percebe-se claramente uma extrema preocupação com a forma e uma mínima com o sentido.

A lingüística funcionalista, por sua vez, parece ser mais pragmática, reconhecendo que o significado está, de alguma maneira, atrelado ao uso, ao contexto. Contudo, ainda assim, também não consegue oferecer um leque fechado de tipologias adverbiais. Tal dificuldade ilustra quão alta é a resistência do significado a uma caracterização sistemática.

5.3.3

O significado e a classe dos advérbios

Identificando-se a gramática normativa muito mais com as proposições aristotélicas do que com as pragmáticas, ela vai considerar o uso, o contexto, porém, não com tanto afinco. A gramática normativa parece optar pelo estudo do discurso declarativo literal ao descrever as classes dos advérbios. E, talvez, por não considerar os usos metafóricos ao descrever essa classe gramatical, ficam muitas ocorrências sem uma classificação, não sendo abarcadas pela teoria.

A gramática normativa entre as analisadas que vai considerar o discurso não-literal de maneira mais longa e explícita ao listar os advérbios é a de Almeida (2005), que, em notas, coloca as possibilidades de usos de determinados advérbios, como se pode verificar nos exemplos em que autor explica que *cá* (181) pode ser utilizado enfaticamente e *lá* (182) “empresta às vezes valor negativo à expressão” (idem: 317):

(181) “Eu *cá* me entendo”

(182) “Ali ficava eu muito tempo a cismar. Em quê? Eu sei *lá*”.

Ao classificar os advérbios de acordo com o sentido que exprimem, a gramática normativa parece considerar o significado do ponto de vista realista/mentalista e desconsiderar o ponto de vista pragmático. Assim, trata o

significado como se fosse o que Aristóteles denomina *as afecções da alma*, como se ele fosse igual para todo mundo, como se tivesse um caráter fixo e universal excluindo, dessa maneira, a possibilidade de relativização.

É talvez por acreditar que *as afecções da alma* são iguais para todos que ela aposta na transparência do rótulo e não explicita a idéia que veicula cada classe na tipologia adverbial. Classifica os advérbios em tempo, lugar, modo, intensidade, negação, afirmação e dúvida, mas não se preocupa em explicitar o que sejam essas categorias, o que elas significam, o que se pode ilustrar com a classificação dada por Rocha Lima (2006: 175):

Distribuem-se os advérbios pelas seguintes espécies:

1. DE DÚVIDA:

talvez, quiçá, acaso, porventura, provavelmente, eventualmente, etc.

2. DE INTENSIDADE:

muito, pouco, assaz, bastante, demais, excessivamente, demasiadamente, etc.

3. DE LUGAR:

abaixo, acima, além, aí, ali, aqui, cá, dentro, lá, avante, atrás, fora, longe, perto, etc.

4. DE MODO:

bem, mal, assim, adrede, etc. [...]

5. DE TEMPO:

Ainda, agora, amanhã, ontem, logo, já, tarde, cedo, outrora, então, antes, depois, imediatamente, anteriormente, diariamente, etc.

Almeida (2005), Bechara (2004) e Cunha e Cintra (2001) seguem o mesmo padrão, apenas acrescentam o fato de que os advérbios distribuem-se de acordo com as circunstâncias que expressam:

Considerar um advérbio quanto à circunstância é considerá-lo quanto à idéia que encerra [...]. Assim considerados, os advérbios classificam-se em: [...] (Almeida, idem: 316)

As principais circunstâncias expressas por advérbio ou locução adverbial são: [...] (Bechara, idem: 290)

os advérbios recebem a denominação da circunstância ou de outra idéia acessória que expressam (Cunha e Cintra, idem: 542).

Mas, nenhum dos autores se preocupa em explicitar o que veicula, exatamente, cada uma dessas categorias adverbiais. E, sendo o signo arbitrário como diz Saussure (1995), o significante não ensina nada sobre o significado. O que significa *modo*? O que significa *intensidade*? Intensidade é uma variante da quantidade conforme afirma Macambira (2001)? O significado, a idéia expressa por (183) e (184) é a mesma?

(183) Ela escreve *bem*.

(184) Ela escreve *rapidamente*.

Bem e *rapidamente* significam coisas diferentes, exprimem idéias diferentes. Acontece o mesmo com *muito* (185) e (186)?

(185) Caminhei *muito*.

(186) Comi *muito*.

Cada uma das palavras listadas expressa apenas uma circunstância, ou pode significar duas ou mais idéias simultaneamente, como parece acontecer em (187):

(187) *par=147*: Em um ambiente dominado *progressivamente* pela iniciativa do leitor [...].

A palavra *progressivamente* parece transmitir a idéia de modo, mas também parece exprimir as idéias de continuidade e proporção. O que fazer se os advérbios são classificados de acordo com as circunstâncias que exprimem, mas não há uma nomenclatura para todas as circunstâncias? E nos casos (todos?) em que expressam mais de uma idéia? Como classificar? O critério utilizado para estabelecer as tipologias semânticas adverbiais não é claro, explícito o suficiente para responder a essas questões.

O fato é que tais exemplos parecem sugerir que o efeito do significado é circunstancial, que não há um significado imanente, fixo que pertença à palavra em si mesma, conforme propõem as teorias realista/mentalista, que constituem os pilares da gramática normativa; pois o significado parece ser determinado pelo contexto. E a não consideração desse contexto é uma das causas da problemática dos advérbios.

A lingüística de orientação funcionalista, por sua vez, procura considerar o *uso* dessas palavras para estabelecer as tipologias. Assim, tenta classificar essas palavras de maneira mais minuciosa para atender melhor aos critérios semânticos e pragmáticos. Os advérbios de lugar, por exemplo, são, como vimos, recategorizados por Neves (2002) de maneira a refinar a descrição do significado. Assim, a idéia de lugar passa a ser uma classe mais geral; as classes mais específicas são as que expressam situação, que podem indicar posição absoluta ou relativa, de percurso e de direção. As de situação que indicam posição relativa, ainda podem ser de inclusão, exterioridade, adjacência, sobreposição, sotoposição, anteposição, posposição, proximidade, distância e ultraposição. Enfim, trata-se de uma tipologia mais específica que parece tentar atender a caracterização do advérbio que diz que ele se classifica de acordo com a circunstância que expressa.

Além da tentativa de refinar a classificação dessa classe de palavras, a lingüística ainda tenta explicar o significado das classes tipológicas, não confiando na transparência do rótulo. É o que se pode observar em apresentações como a de focalizadores de verificação de número (Ilari, 2002: 186):

Um tipo freqüente de construção focalizadora trata de propriedades e relações (expressas por adjetivos, verbos, etc.) associando-lhes uma idéia de proporcionalidade. Dá-se a entender que elas podem realizar-se “em parte” ou “por inteiro”, o que faz pensar nos índices entre .0 e 1.0 utilizados às vezes pelos estatísticos.

Conforme expressam uma proporção baixa, média ou alta (100%), podemos dividir esses advérbios em três classes; conforme as expressões se situam nos extremos do parâmetro (tudo/nada) ou em posições intermediárias (mais/menos) [...].

Apesar da especificidade e da explicitude em relação ao que seja tal classe tipológica, o significado, tão resistente à caracterização, ainda deixa uma lacuna: até que ponto vai, por exemplo, a *baixa proporcionalidade*? Quando começa a *alta*? E como dosar a *média proporcionalidade*? A expressão *um pouco*, segundo o autor, exprime baixa proporcionalidade, enquanto *até certo ponto* passa a idéia de média proporcionalidade, pode-se indagar: a expressão *até certo ponto* também pode significar *um pouco*? E então? Como resolver essa questão advinda do sentido, do “efeito sabonete” do significado?

Ao buscar definir os termos metalinguísticos e incluir considerações pragmáticas em suas descrições, a abordagem funcionalista parece, por um lado, mais sensível a esse efeito de deslizamento do sentido. Por outro lado, no entanto, padece da mesma dificuldade da gramática normativa, não consegue construir uma tipologia que se aplique de maneira firme, sólida, parece sempre ficar uma lacuna, um ponto fraco na aplicação da teoria.

Assim, tanto para a lingüística como para a gramática normativa, pode-se concluir que, em maior ou menor grau: a) a identidade semântica dos advérbios parece depender mais das tipologias do que das definições; b) a identidade das subclasses tipológicas parece depender bastante dos exemplos dados em cada caso; c) nos dois casos enfrentam-se problemas quanto à justificação das subclassificações propostas (por que 15 classes e não 7? Por que estas e não aquelas?). O que parece é que, em todos os seus níveis, as tipologias adverbiais parecem funcionar como taxonomias incompletas, em que temos hipônimos, mas não os hiperônimos.

5.4

Da adequação aos propósitos norteadores (normativo-didáticos ou teórico-descritivos)

A gramática normativa possui um horizonte didático, é prescritiva, busca apontar como a língua deveria ser e não a considera como realmente é; trabalha o tempo todo com sentenças explícitas que fogem, em vários aspectos, aos construtos lingüísticos autênticos dos falantes. É praticamente impossível encontrar alguém que faça uso das regras prescritas por essa gramática sem violá-las. Uma concepção de língua construída sobre a égide do certo e do errado, que dita normas para que sejam aplicadas ao uso diário faz com que muitas das definições metódicas encontradas nesse “paradigma de língua perfeita” sejam muito simplistas em relação à realidade comunicacional.

Por não considerar “o rio caudaloso, longo e largo” (Bagno, 1999: 10) que é a língua, a gramática normativa acaba por ter uma abordagem muito limitada, não conseguindo abarcar muitos dos acontecimentos da linguagem verbal e, assim,

dificultando o seu propósito norteador que é normativo-didático. Nesse contexto, ela acaba criando uma série de dificuldades e dúvidas no sentido de entender esta ou aquela classe gramatical, fato que gera conflitos tanto para quem ensina quanto para quem aprende, ou seja, se o propósito dela é ser didática, não consegue atingir totalmente esse objetivo.

Essas críticas a tradição gramatical são bastante conhecidas, mas é importante ressaltar que o viés normativo não destitui a tradição gramatical de um conhecimento descritivo valioso sobre a língua: ainda que a tome, nos termos de Câmara Júnior (2004: 19) como um “monolito”, ignorando com frequência variações sociais, regionais, etc., acaba por oferecer uma descrição de aspectos do funcionamento de uma de suas variantes, a variante dita “padrão”. Os gramáticos normativos, além disso, demonstram muitas vezes sensibilidade aos problemas e simplificações envolvidos nas suas próprias definições e classificações, como vimos ser o caso de Bechara e Macambira, por exemplo, quanto ao ponto que nos interessa neste trabalho, a classe dos advérbios. Por fim, é importante lembrar que boa parte da metalinguagem de que a lingüística se vale até hoje foi forjada a partir de interesses normativos, sem que a ciência da linguagem tenha logrado, em muitos casos, alcançar caracterizações capazes de eliminar as imprecisões herdadas pela tradição.

No que concerne à definição dos advérbios, foco central desse trabalho, a questão torna-se especialmente complexa. A gramática tradicional não consegue delimitar com precisão o que seja realmente essa classe gramatical, não faz a separação nítida acerca do que sejam as circunstâncias a partir das quais os advérbios se classificam, nem promove acordo sobre quais são as suas características sintáticas e morfológicas. Percebe-se que há controvérsias, indefinições tanto no que diz respeito ao campo formal, quanto ao campo semântico.

Sente-se a necessidade de uma teoria mais concreta que responda questões como: o que é um advérbio realmente, qual a sua função, quais as circunstâncias que exprime. Supõe-se que esses questionamentos só podem ser respondidos a partir de uma análise descritiva da língua, o que não ocorreria de forma satisfatória no caso da gramática normativa. É preciso documentar e descrever

uma língua tal qual ela se realiza e não como algo imutável, sujeita a esta ou aquela regra.

Essa problemática constitui uma das dificuldades que se tem em ensinar a língua portuguesa nas escolas. Torna-se difícil falar de uma teoria a qual não se aplica à realidade prática do discente. As regras existem, porém nem sempre se realizam da mesma maneira, nem sempre vão ao encontro do que realmente acontece. A língua não pode ser vista como o rol de nomenclaturas estabelecido pela gramática normativa e como se tudo o que há nela fosse verdade absoluta, inquestionável.

Nesse cenário de dúvidas e de questionamentos, há uma grande discussão sobre a produtividade ou não de se ensinar gramática aos alunos de ensino médio e fundamental justamente pelo fato de que o aluno “aprende” gramática normativa desde a 1ª série (quando ainda está sendo alfabetizado) até o 3º ano do ensino médio e, ainda assim, não consegue aplicar seus conhecimentos gramaticais, considerando-se, é claro, os objetivos delineados pela gramática tradicional, pois como usuário constante da língua ele a domina muitíssimo bem.

Será que essa dificuldade no processo ensino-aprendizagem da língua ocorre apenas por incompetência do professor de língua portuguesa ou do aluno? Ou será também o fato de que os conceitos prescritos pela gramática normativa, por desconsiderar a dinâmica da língua, não conseguem ser precisos o suficiente para que se possa aplicá-los com segurança?

No caso dos advérbios, percebe-se que esta não é, ainda, uma classe clara nem para os professores de língua portuguesa, nem para os especialistas no assunto, como poderá ser clara para alunos de ensino médio e fundamental? Atende, assim, a gramática ao seu propósito normativo-didático? Consegue, dessa maneira, normatizar a língua de forma precisa? Nosso estudo sugere que a aplicabilidade da tipologia tradicional é razoavelmente tranqüila apenas nos casos mais prototípicos, como tempo e lugar, e que mesmo aí podem aparecer dúvidas e hesitações.

Como afirma Martins (2004:439) “quem se aventura pela região das teorias gerais da linguagem tem alguma chance de desconcertar-se com a multiplicidade

de caminhos que ali se oferecem”. Por não considerar essa multiplicidade ao tratar dos advérbios, a abordagem da gramática normativa, sozinha, parece insuficiente para normatizar e explicar, de maneira didática, essa classe gramatical.

Percebendo essa insuficiência, a teoria lingüística vai partir de um outro ponto de vista, procurando explicar o funcionamento da língua, mas buscando despir-se de preconceitos, de avaliação, e não dizendo como ela deve funcionar, sendo, dessa maneira, coerente com o seu propósito norteador que é teórico-descritivo. Assim, observa o que os advérbios expressam tentando refinar ao máximo as tipologias semânticas para atender à teoria – bastante tradicional – que diz que eles se classificam de acordo com as circunstâncias que expressam. Para tanto, considera o uso de tais palavras, pois o contexto vai interferir no significado veiculado. No entanto, enfrenta, como vimos, obstáculos apreciáveis, que ainda fazem com que uma abordagem satisfatória do advérbio do ponto de vista teórico-descritivo seja ainda um “objeto de desejo”, para usar mais uma vez a expressão de Ilari et al.

Em todo caso, a partir do que foi exposto acima, percebe-se que abordar uma língua dentro de uma perspectiva exclusivamente normativa contribui em demasia não só para gerar uma série de falsos conceitos e de preconceitos, como também para dificultar o processo ensino-aprendizagem da língua portuguesa. Com essa assertiva não se quer tirar o mérito da gramática normativa, pois ela, em alguns momentos, consegue estabelecer padrões que são análogos ao aparato lingüístico do falante. Porém, ao ser consultada, deve-se olhá-la de modo crítico, levando-se em consideração as particularidades inerentes ao próprio falante. Se a fala precedeu a escrita, logicamente, ambas constituem-se em dois pólos, ora convergentes, ora divergentes. Cabe aos lingüistas e aos gramáticos chegarem a um acordo no sentido de que uma complete a outra.

Agindo assim, certamente, o propósito normativo-didático ao qual se propõe a gramática tradicional poderá atingir excelentes resultados e minimizar as fronteiras entre o que a língua é e o que as regras gramaticais impõem que ela seja.